

Palco perfeito para o exercício de futurologia dos ministros

■ Nas conferências, Malan e Kandir prevêem ótimos resultados até o fim do governo

FLAVIA SEKLES

Correspondente

WASHINGTON — Durante reuniões como essa do Fundo Monetário Internacional, que atraem dezenas de conferências econômicas paralelas, ministros como Pedro Malan, da Fazenda, e Antônio Kandir, do Planejamento, adoram fazer previsões de crescimento econômico. Malan prevê para 1996 um crescimento de 3% (o consenso, 2,5%) e para 1997 de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), além de taxas ainda mais altas nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Kandir disse, durante o fim de semana, que se Fernando Henrique for reeleito e todas as suas reformas implementadas, as taxas de crescimento anuais do PIB ultrapassarão 7%.

Até onde eles querem chegar? Esses mesmos ministros não haviam previsto há um ano uma taxa de crescimento superior a 4% para 1996 e um superávit comercial? O que con-

seguiram foi um índice muito menor, e um déficit de R\$ 2,5 bilhões na balança. Durante uma conferência organizada pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, ontem em Washington, durante a qual falaram Malan, Kandir e o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, o professor de Economia da USP Eduardo Giannetti da Fonseca fez uma pergunta crucial: como conseguir o resultado econômico sem prejudicar a estabilidade econômica?

Segundo o economista, há três possíveis obstáculos ao crescimento sustentável no Brasil: o primeiro é a fraqueza do setor de exportações e a tendência de a balança comercial reverter rapidamente a uma posição de déficit para superávit. "Com uma situação pior no ano que vem, o déficit em conta corrente do Brasil pode aumentar para algo em torno de 3,5% do PIB", disse o professor. "A dúvida é até onde esse déficit pode ir antes de começar a afetar as expectativas e

ter que ser controlado por medidas desenhadas para criar um ajuste externo".

O segundo obstáculo é o baixo nível de poupança e a falta de financiamentos de curto prazo, a custos razoáveis, para incentivar investimentos na capacidade de produção do país. Giannetti acredita que uma taxa de poupança razoável seria de 22% do PIB. A taxa atual é de 17%. "Os gastos atuais do governo rouba o Brasil da rota mais clara para conquistar um crescimento mais rápido sem aumentar os desequilíbrios externos", disse.

O último obstáculo é a infra-estrutura. "Essa limitação física é criada pela possibilidade concreta de que, com o crescimento econômico, serão criados estrangulamentos em áreas como geração de eletricidade, transportes e telecomunicações", diz Giannetti. Essa falta de infra-estrutura adequada pode desencorajar os investimentos.

BASTIDORES

■ Depois de muito relutar, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou ontem que o Brasil irá integrar o sistema de informações on line do Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de 1998.

■ Mais dados sobre o Brasil foram divulgados ontem: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elevou de 2,8% para 3% sua previsão de crescimento do PIB este ano, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a taxa de desemprego se manteve estável em agosto, atingindo 5,56% da população economicamente ativa contra 5,58% em julho.

■ O ministro da Fazenda, Pedro Malan, fez sua palestra num impêncavel inglês. O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, leu pausadamente, e com alguns tropeços, sua intervenção em inglês.